

## **LEI Nº. 524, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014**

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS -COMAD, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZ, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
- **Art. 1º -** Fica instituído no Município de Cruz, o Conselho Municipal Antidrogas COMAD.
- §  $1^{\circ}$  O Conselho Municipal Antidrogas COMAD, integrando-se ao esforço nacional de combate às drogas, dedicar-se-á ao pleno desenvolvimento das ações referentes à redução da demanda de drogas.
- § 2° Ao Conselho Municipal Antidrogas COMAD caberá atuar como coordenador das atividades de todas as instituições e entidades municipais, responsáveis pelo desenvolvimento das ações supra mencionadas no § 1°, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no Município e dispostas a cooperar com o esforço municipal.
- § 3° O Conselho Municipal de Antidrogas COMAD, como coordenador das atividades mencionadas no parágrafo anterior, deverá integrar-se ao Sistema Nacional Antidrogas SISNAD, de que trata o Decreto Federal 3.696 de 21 de dezembro de 2000.
  - § 4° Para os fins desta Lei, considera-se:
- I redução de demanda como o conjunto de ações relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas, ao tratamento, à recuperação e à reinserção social dos indivíduos que apresentem transtornos decorrentes do uso indevido de drogas;



- II drogas como toda substância natural ou produto químico que, em contato com o organismo humano, atue como depressor, estimulante, ou perturbador, alterando o funcionamento do sistema nervoso central, provocando mudanças no humor, na cognição e no comportamento, podendo causar dependência química. Podem ser classificadas em ilícitas e lícitas, destacando-se, dentre essas últimas, o álcool, o tabaco e os medicamentos;
- III drogas ilícitas aquelas assim especificadas em lei nacional e tratados internacionais firmados pelo Brasil, e outras, relacionadas periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde, informada a Secretaria Nacional Antidrogas SENAD e o Ministério da Justiça MJ.
- **Art. 2°.** São objetivos do Conselho Municipal Antidrogas COMAD:
- I Instituir e desenvolver o Programa Municipal Antidrogas
  PROMAD, destinado ao desenvolvimento das ações de redução da demanda de drogas;
- II Acompanhar o desenvolvimento das ações de fiscalização e repressão, executadas pelo Estado e pela União;
- III Propor ao Chefe do Poder Executivo e ao Presidente da Câmara Municipal, as medidas que assegurem o cumprimento dos compromissos assumidos mediante a instituição de lei.
- § 1° O Conselho Municipal Antidrogas COMAD deverá avaliar, periodicamente, a conjunta Municipal, mantendo atualizados o prefeito e o presidente da Câmara Municipal, quanto ao resultado de suas ações.
- § 2° Com a finalidade de contribuir para o aprimoramento do Sistema Nacional e Estadual Antidrogas, o Conselho Municipal Antidrogas COMAD, por meio da remessa de relatórios freqüentes, deverá manter a Secretaria Nacional Antidrogas SENAD, e o Conselho Estadual Antidrogas CONEN, permanentemente informados sobre os aspectos de interesse relacionados à sua atuação.
- **Art. 3º.** O Conselho Municipal Antidrogas COMAD fida assim constituído:



- I Presidente;
- II Secretário Executivo
- III Membros.
- § 1° Os conselheiros, que serão nomeações serão publicadas conforme determina a Lei Orgânica do Município, terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a sua recondução.
- § 2° Sempre que se faça necessário, em função da tecnicidade dos temas em desenvolvimento, o Conselho poderá contar com a participação de Consultores, a serem indicados pelo Presidente e nomeados pelo Prefeito.
- § 3° O Presidente do Conselho deverá ser designado mediante livre escolha do Prefeito, dentre os conselheiros efetivos; e
- § 4° O Conselho Municipal Antidrogas COMAD será composto por membros dos seguintes Órgãos:
  - I Um representante da Igreja católica;
  - II Um representante da Igreja Evangélica;
- III Um representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais;
- IV Um representante do Sindicato dos ServidoresPúblicos;
- V Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- VI Um representante de Secretaria Municipal de Desporto e Juventude;
  - VII Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- VIII Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho, Cidadania e Defesa Civil;



**Art. 4º -** O Conselho Municipal Antidrogas - COMAD fica assim organizado:

- I Plenário;
- II Presidência;
- III Secretaria Executiva; e
- VI. Comitê REMAD Recursos Municipais Antidrogas;

**Parágrafo Único -** O detalhamento da organização do Conselho Municipal Antidrogas - COMAD será objeto do respectivo Regimento Interno.

- **Art. 5º.** As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas por verbas próprias do orçamento municipal, que poderão ser suplementadas.
- § 1° O Conselho Municipal Antidrogas COMAD, deverá providenciar a imediata instituição do REMAD Recursos Municipais Antidrogas, fundo que, constituído com base nas verbas próprias do orçamento do Município e em recursos suplementares, será destinado, com exclusividade, ao atendimento das despesas geradas pelo PROMAD Programa Municipal Antidrogas PROMAD.
- § 2° O REMAD Recursos Municipais Antidrogas será gerido pelo COMAD, que se incumbirá da execução orçamentária e do cronograma físico-financeiro da proposta orçamentária anual, a ser aprovada pelo Plenário.
- § 3° O detalhamento da constituição e gestão do REMAD Recursos Municipais Antidrogas, assim como de todo aspecto que a este fundo diga respeito, constará do Regimento Interno do Conselho Municipal Antidrogas COMAD.
- **Art. 6º -** As funções de Conselheiro não serão remuneradas, porém consideradas de relevante serviço público.

Parágrafo Único - A relevância a que se refere o presente artigo será atestada por meio de certificado expedido pelo Chefe do Poder Executivo, mediante indicação do Presidente do Conselho.



**Art. 7º -** O Conselho Municipal Antidrogas - COMAD deverá providenciar as informações relativas à sua criação à Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD e ao conselho Estadual Antidrogas - CONEN, visando sua integração aos Sistemas Nacional e Estadual Antidrogas.

**Art. 8º -** O Conselho Municipal Antidrogas - COMAD providenciará a elaboração do seu Regimento Interno no prazo máximo de cento e vinte (120) dias, contados da publicação da presente Lei.

**Art. 9º -** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ**, 17 de Outubro de 2014.

Odair José Mendes de Vasconcelos

PREFEITO MUNICIPAL